

A companhia de Jesus na fronteira amazônica do século XVIII: uma análise historiográfica

The society of Jesus in the amazon border of 18th century: a historical analysis

Andrius Estevam Noronha

Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Mestre em Desenvolvimento Regional e Graduado em História pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Professor do Mestrado Profissional em Ensino de História e do Colegiado de História da Universidade Federal do Amapá. Macapá, Amapá, Brasil. Contato: andriusds@hotmail.com

Karolliny Melo Ferreira Diniz

Especialista em Gestão do Ensino Superior. Graduação em História; Mestranda em Educação e Professora Substituta da Universidade Federal do Amapá. Macapá, Amapá, Brasil. Contato: karol.niz@hotmail.com

Resumo:

Esse artigo procura analisar a historiografia da ocupação da Companhia de Jesus na Amazônia Colonial do século XVIII, recuperando parte importante das pesquisas que se debruçaram em entender a formação dessa ordem católica. Nosso objetivo é apontar de maneira sistemática as estratégias metodológicas, as fontes documentais e os referenciais teóricos que nortearam os pesquisadores que tiveram como delimitação temática a atuação dos jesuítas na Amazônia. Para alcançar esse objetivo esse trabalho pretende desenvolver, num primeiro momento, um levantamento bibliográfico sobre a formação da Companhia de Jesus no processo de colonização da América lusitana e, num segundo momento, uma análise historiográfica dos jesuítas na Amazônia do século XVIII.

Palavras-chave: Companhia de Jesus. Amazônia. Historiografia. América lusitana. Jesuítas.

Abstract:

This article seeks to analyze the historiography of the occupation of the Society of Jesus in the Colonial Amazon of the eighteenth century, recovering an important part of the researches that have tried to understand the formation of this Catholic Order. Our objective is to systematically point out the methodological strategies, the documentary sources and the theoretical references that guided the researchers whose thematic delimitation was the Jesuits's actions in the Amazon. In order to reach this objective, this work intends to develop, at first, a bibliographical survey about the formation of the Society of Jesus in the process of colonization of Lusitanian America and, in a second part, a historiographic analysis of the Jesuits in the Amazon of the XVIII century.

Keywords: Society of Jesus. Amazon. Historography. Lusitaninan America. Jesuits.

Introdução

A primeira geração de pesquisadores que abordam a atuação dos jesuítas no Brasil e mais especificamente na Amazônia construiu uma narrativa institucional que recuperou a memória da Companhia de Jesus. O grupo constituído por padres, possuíam acesso às cartas, documentos e outros manuscritos que aos poucos foram utilizados por historiadores laicos e que se distanciavam do objetivo espiritual daquela geração. A historiografia que aborda as comunidades indígenas foi reestruturada no sentido de entender a dinâmica da sociedade colonial e a função da ordem.

A Antropologia aderiu a essa renovação, principalmente na obra de John Monteiro¹ que faz uma abordagem sobre o processo de escravidão indígena que ocorreu na região de São Paulo. O respectivo trabalho permitiu aprofundar os elementos da historiografia social do Brasil Colônia que foi reestruturada com a contribuição da Antropologia, além disso, conseguiu integrar de maneira mais precisa a representação indígena. Monteiro avalia que a historiografia ignorou a participação indígena na formação do Brasil, porém quando revemos os documentos da Companhia de Jesus, podemos perceber que influenciaram significativamente o projeto de colonização lusitano. O enfoque abordado pelo autor permitiu a compreensão da construção da memória histórica dos indígenas que foi plenamente integrada ao processo de desenvolvimento econômico e social da colônia.

Nos clássicos da formação da sociedade brasileira, a representação jesuítica foi demonstrada como atípica e pouco ilustrativa como descreveu Gilberto Freyre². A obra exibiu o jesuíta como periférico na sociedade patriarcal, no qual será o defensor da moral, da castidade e da esterilidade num contexto dominado pelo senhor de engenho e sua família. Na tese de Freyre, o jesuíta está excluído do projeto de miscigenação das três raças: branca, índia e africana ao impor uma rígida moralidade sexual que não condiz com a base de construção da identidade nacional descrita pelo autor. Os valores impostos pelos jesuítas estavam em oposição ao projeto de desenvolvimento da sociedade colonial e, portanto, foi derrotado pelo patriarcado que dominou a colônia.

Sérgio Buarque de Holanda³ compartilhou da mesma concepção, pois descreveu que o jesuíta apareceu como exceção à regra no contexto colonial lusitano. A explicação de Holanda foi que esse grupo procurou reproduzir a estrutura social da metrópole. Esse processo seria difícil, haja vista a complexidade dos grupos étnicos e a amplitude do espaço geográfico da colônia. Assim, o

¹ MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

² FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Edição 51^a ed. São Paulo: Global, 2006.

³ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26^a Ed. São Paulo. Companhia das Letras, 1995.

elemento de maior simbolismo ficou centrado na figura do bandeirante que ampliou o espaço fronteiriço empurrando o tratado de Tordesilhas para o oeste. Nesse processo, existe uma resistência por parte dos intelectuais que abordam a formação do Brasil em inserir o jesuíta como sujeito importante da colonização. A pesquisa do Padre Serafim Leite, publicada em 1938, permitiu reorientar a narrativa sobre a formação do Brasil Colônia, destacando a importância da Companhia de Jesus.

A partir desse processo, esse artigo procura responder a seguinte questão: como foi construída a historiografia dos jesuítas na Amazônia Colonial dos séculos XVII e XVIII? Para responder essa pergunta, esse trabalho será dividido em duas partes: a primeira consiste em compreender como a historiografia se posicionou diante da atuação da Companhia de Jesus no Brasil nos séculos XVII e XVIII; a segunda procura entender a importância da ordem para o desenvolvimento e consolidação do projeto colonial lusitano na Amazônia, abordando os conflitos existentes entre colonos e jesuítas.

Os primeiros jesuítas no Estado do Brasil: uma análise historiográfica

“Esta terra é nossa empresa” (padre Manuel da Nóbrega)

A frase de Manuel de Nóbrega ilustra o projeto dos jesuítas no Brasil, em que encontramos uma complexa atuação da ordem na sociedade colonial que não se limitou apenas na conversão das comunidades indígenas, mas num concreto programa de desenvolvimento econômico que ampliou consideravelmente o patrimônio e as rendas da Companhia de Jesus.

Serafim Leite⁴ fez uma síntese do processo de formação da Companhia de Jesus em um contexto marcado por reformas religiosas provenientes do renascimento europeu. No entanto, essas transformações não ocorreram apenas no âmbito religioso, pois essa mentalidade influenciou as grandes inovações científicas que expandiram os horizontes do europeu. As conquistas ultramarinas, que foram organizadas pelos Estados Nacionais conquistaram diversas regiões do mundo, estabelecendo um novo contorno geográfico que modificou a concepção de mundo dos europeus. Esse processo iniciou no século XV e foi articulado por navegadores portugueses e espanhóis que foram induzidos a procurar rotas alternativas ao Mar Mediterrâneo. O acesso ao comércio com o oriente foi hegemonizado na época pelos italianos que estavam em processo de decadência desde a queda de Constantinopla pelos mulçumanos.

Os jesuítas foram considerados membros imprescindíveis para a legitimação da expansão ultramarina luso-espanhola, pois constituíam parte do projeto de Reforma Católica dos séculos XV

⁴ LEITE, Serafim. *Breve História da Companhia de Jesus no Brasil: 1549-1760*. Braga: Apostolado da Imprensa, 1993.

e XVI que defendia ações de catequização para consolidar as colônias. Em 1549, a bordo de um navio português, o padre Manuel da Nóbrega percorreu em direção ao Brasil junto com uma esquadra que levou o padre Francisco Xavier ao Japão. Para Serafim Leite, a conexão estabelecida entre a América portuguesa no Ocidente e os postos comerciais japoneses no Oriente foi simbólica para a ação missionária lusitana.

A questão descrita pelo autor permite compreender o acordo firmado entre o Papa e o Rei português no qual estaria embasado no projeto dos jesuítas para efetuar o processo de catequização e colonização das terras conquistadas. O autor afirma que sempre houve demanda de integrantes solicitados pela coroa junto à Companhia de Jesus, devido à extensão do território e a crescente política ultramarina, priorizada por D. João III que estabeleceu postos coloniais na América, África e Ásia. Para Leite, o processo de organização da estrutura missionária da Companhia de Jesus em diversas regiões do mundo foi arquitetado a partir do padre Dr. Diogo de Gouveia. Esse clérigo ocupou o cargo de Reitor da Universidade de Paris e chefiou a principal instituição de ensino de Santa Bárbara, local de formação escolar do grupo de padres que fundaram a nova ordem religiosa.

Maria Clara Luchetti Bingemer⁵ confirma a tese de que Inácio de Loyla e seus companheiros acreditavam que o processo de ensino foi um meio importante de evangelização e inserção dos valores cristãos. Essa doutrina deu-se no círculo intelectual renascentista, a Universidade de Paris que foi local de nascimento da Companhia de Jesus. A autora argumenta que a Companhia sempre se diferenciou desde sua formação, devido a característica internacional de sua composição social e pela capacidade de universalizar seu projeto e ação apostólica. Uma postura institucional específica: “que lhe coube no processo de globalização da cultura ocidental, tanto pela sua ação educativa e sua contribuição ao desenvolvimento científico, literário e artístico como pelo diálogo intercultural, entabulado no contexto de sua empresa missionária”⁶.

Nesse processo de expansão global, Serafim Leite afirma que no ano de 1538 foi iniciada uma série de negociações através de diversas correspondências trocadas entre Diogo de Gouveia, os clérigos reformados e o rei de Portugal para consolidar a Fórmula do Instituto. Esse documento, como demonstramos no capítulo anterior, foi redigido por Inácio de Loyola e sofreu uma retificação no capítulo referente às missões estabelecidas entre os fiéis e os infiéis num contexto que a Companhia planejava atuar de maneira intensiva nas regiões conquistadas por Portugal:

[...] Trata-se-á, em primeiro lugar, dos que são enviados pelo Santo Padre em missão, que é de todas a mais importante. Nota-se que a intenção da Companhia no voto de lhe obedecer

⁵ BINGEMER, Maria Clara Luchetti. Globalização: o que tem isso a ver com os jesuítas? In: _____, NEUTZLING, Inácio; DOWELL, João A. Mac. (orgs.). *A globalização e os jesuítas: origens, história e impactos*. São Paulo: Edições Loyola, [p. 9-11], 2007.

⁶ BINGEMER, 2007, p. 10

como Supremo Vigário de Cristo, sem alegar escusa de espécie alguma, foi podermos ser enviados para entre os fiés ou infieís, a qualquer parte onde ele julgasse seria da maior glória divina e maior bem das almas. A Companhia entedeu que não foi feita para um lugar determinado, mas para ser despersa pelas regiões e países do mundo, e é seu desejo deixar ao Sumo Pontífice e o cuidado desta distribuição, a fim de melhor poder acertar⁷.

O'Malley⁸ afirma que essa tese embasou a ação missionária dos jesuítas em escala internacional e proporcionou argumentos para que a instituição fosse legalizada pelo Papa em 27 de Setembro de 1540. Devemos enfatizar que seis meses antes, os padres Simão Rodrigues e Francisco Xavier partiram de Roma para Lisboa com o objetivo de defender a participação dos clérigos em missões constituídas nos territórios controlados pelos portugueses. O objetivo dessa defesa foi estimular o vínculo do projeto global posto em prática pela Companhia de Jesus além de intensificar o expansionismo lusitano que foi estabelecido na legitimidade religiosa. Serafim Leite destaca que o clérigo Francisco Xavier foi enviado para os territórios portugueses localizados no oriente no ano de 1541.

O clérigo Simão Rodrigues, permaneceu em Portugal, na cidade de Coimbra, na época um dos principais centros intelectuais renascentistas do Reino, para instituir o Colégio de Jesus de Coimbra, local de recrutamento e formação dos misionários. Diante disso, houve a aproximação intelectual da ordem jesuítica com o meio acadêmico renascentista. Serafim Leite afirma que em 1544, nessa mesma cidade, surgiu a figura do padre Manuel da Nóbrega, graduado em Direito Canônico, foi a principal liderança entre os jesuítas no Brasil ao fundar, em 1549, a ordem em parceria com o Governo-Geral.

A armada de Tomé de Sousa, primeiro governador do Brasil, saiu de Lisboa a 1 de fevereiro de 1549 e entrou na Baía de Todos-os-Santos a 29 de Março. Dois dias depois, domingo o padre Manuel da Nóbrega, vindo também na armada com mais cinco companheiros, celebrou missa, primeira da Companhia de Jesus na América Portuguesa; e, como só dá a dezessete anos chegariam outros jesuítas à América Espanhola, esta missa abre a história da Companhia de Jesus em todo o continente americano, desde o Canadá ao estreito de Magalhães; e também importa anotar, desde já, que a mesma significação assume o que se refere a escolas, igrejas, aldeias, catecúmenos, liberdade dos índios, administração dos sacramentos e outras atividades da Companhia de Jesus, porque Nóbrega, com a do Brasil, inaugurou de fato a missão jesuítica da América⁹.

Para o autor, a missão brasileira foi vinculada administrativamente à província de Portugal até 1553, depois desse ano adquiriu certa autonomia tornando-se Província da Companhia, constituindo-se uma das primeiras instituições com esse perfil em todo o mundo, incluindo o continente europeu. Nesse processo, a conexão burocrática entre Roma foi estabelecida através de

⁷ LOYOLA, Inácio. *Constituições da Companhia de Jesus*. Tradução e notas: Joaquim Mendes Abranches. Lisboa: Imprimatur, 1975. p. 203.

⁸ O'MALLEY, John W. *Os primeiros jesuítas*. Tradução: Domingos Armando Donida. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS; Bauru, SP: Ed. EDUSC, 2004.

⁹ LEITE, 1993, p.02.

uma constante troca de correspondências epistolares, garantindo um status diferencial à Província Brasileira. Em abril de 1549 Nobrega escreveu a primeira carta direcionada para Portugal relatando a importância de se estabelecer a ação missionária na colônia em que uniu ao ensino da doutrina cristã (catequese) a escola de ler e escrever (instrução).

Rafael Chamboleyron¹⁰ afirma que as correspondências do Padre Manuel da Nóbrega permitiu revelar sua avaliação referente ao projeto de catequização do novo mundo e a realidade na aplicação dessas ideias no plano real e concreto. Os fatores desse processo podem ser avaliados em diversas esferas, pois se analisarmos que a missão da América Portuguesa objetivava evangelizar os habitantes do novo mundo, na prática a experiência missionária demonstrou que seu engajamento não foi limitado aos grupos indígenas. Outros autores citados por Chamboleyron, como Roberto Gambini na sua obra “O espelho índio: os jesuítas e a destruição da alma indígena” reforçou a posição de que foi responsabilidade dos padres estabelecer o controle e articular amplos segmentos sociais com os colonos portugueses, clérigos de outras ordens, agentes administrativos da coroa e garantir coesão, aos integrantes da Companhia de Jesus.

Chamboleyron analisa que o padre Manuel da Nobrega descreveu a existência de diversos conflitos provocados entre a ordem e os colonos portugueses. Essa cisão foi classificada pelo padre como mais problemática do que os envolvidos entre os indígenas, pois na maioria dos casos, os colonos estavam interessados no processo de escravização desse grupo, doutrina oposta dos jesuítas. As principais queixas relatadas indicam a existência de uma cultura de violência cometidas pelos brancos lusitanos. Desse modo, havia o incentivo às práticas dos salteamentos e outras atrocidades, incluindo a expulsão dos índios de suas terras, estimular guerras, além de ensinar a vender a si mesmo ou parentes. Na descrição desse jesuíta, as causas desses conflitos residiam na incapacidade de estabelecer o controle da autoridade político-religiosa em terras longínquas.

Stuart B.Schwartz¹¹ aborda a ausência dessa autoridade no Brasil colonial, reforçado nas cartas do Padre Nóbrega que descreveu a existência de um aparato burocrático ineficiente para a manutenção da ordem. Nesse ponto, havia a necessidade de garantir uma instituição que atuasse de maneira organizada no amplo território lusitano na América. O autor afirma que a Companhia de Jesus possuía códigos que de certa forma poderia suprir a carência de um judiciário lacunar em áreas isoladas. Breno Machado dos Santos¹² afirma que os primeiros jesuítas enviados ao Brasil não

¹⁰ CHAMBOULEYRON, Rafael. El manto del orden: el plan evangelizador del P. Manuel da Nóbrega. In: NEGRO, Sandra; MARZAL, Manuel M. (cords.). *Un Reino em la Frontera: las misiones jesuitas en la América Colonial*. Quito; Lima: Ediciones ABYA-YALA/Pontificia Universidad Católica del Perú, [17-24], 2000.

¹¹ SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o tribunal superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751*. São Paulo. Companhia da Letras, 2011.

¹² SANTOS, Breno M. dos. *Os jesuítas no Maranhão e Grão-Pará Seiscentista: uma análise sobre os escritos dos protagonistas da Missão*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2015.

atuavam exclusivamente à missão de catequizar os indígenas, pois instituíram os primeiros colégios da Colônia com propósitos empresariais.

Luiz Antônio Sabeh¹³ demonstra que a Companhia de Jesus não foi à única ordem da Igreja Católica a participar do projeto colonial português, porém diante da documentação analisada pela historiografia, podemos afirmar que possuía função preponderante. O autor chama a atenção para outras ordens como os franciscanos, os carmelitas e os beneditinos que iniciaram suas pregações por volta de 1580 e não tinham função educadora e nem um programa pedagógico adequadamente fundamentado como os jesuítas.

José Carlos Sebe¹⁴ faz uma análise historiográfica da ação jesuítica no Brasil colonial destacando a consolidação do projeto lusitano que objetivou atender a dois pontos fundamentais: aos propósitos da ordem e à conversão do indígena. Podemos supor que o propósito foi decorrente da conversão, mas diante das características do ambiente e as sucessivas tentativas de desenvolver economicamente a colônia começou a existir um aparente desligamento na orientação entre a cúpula da Companhia de Jesus na Europa e os padres que estavam atuando no Brasil.

Desse modo, Sebe destaca que permanecia o vínculo institucional, mas as estratégias para que fossem resolvidos os problemas que foram muitas vezes peculiares, considerando a amplitude da região e a incapacidade de Portugal construir uma máquina colonial com capacidade de se desenvolver de maneira autônoma. A importância das missões organizadas pelos jesuítas no continente latino-americano ficou evidente quando se consolidou as atividades econômicas da Companhia de Jesus, em especial, no Brasil que passou a ajudar com recursos as instituições comandadas pela ordem no continente europeu que acumulava sucessivos déficits em seu orçamento. A metodologia de catequização dos indígenas teve que ser construída e reconstruída, pois a missão foi um empreendimento complexo em que a tese de afastar completamente o branco do índio foi uma tarefa impossível.

José Carlos Sebe afirma que os jesuítas articularam a conexão entre o colono português e o indígena no processo de catequização, visto que a necessidade de ampliar e consolidar o catolicismo na colônia dependia dessa negociação. As escolas e os seminários foram desdobramentos dessa interferência nos primórdios da sociedade colonial. Os colégios para os leigos, em sua maioria, atendiam filhos de portugueses e mestiços. Os conventos tiveram papel de destaque, pois nesse local ocorria o recrutamento e renovação do clero, sendo a instituição mais importante para que a colônia suprisse as próprias deficiências no quesito ensino e religião.

¹³ SABEH, Luiz Antônio. *Colonização salvífica: os jesuítas e a coroa portuguesa na construção do Brasil (1549-1580)* Dissertação do Programa de Pós-Graduação em História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

¹⁴ SEBE, José Carlos. *Os jesuítas*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Sebe ainda avalia comparativamente os objetivos dos jesuítas em universos completamente distintivos na Europa e no Brasil. No velho mundo a Companhia de Jesus disputava de maneira competitiva, se envolvendo em lutas contra os protestantes e estiveram empenhados na conquista de cátedras nas universidades. No Brasil os objetivos foram outros como o de promover aldeamentos, ensinar ao indígena os mandamentos da lei de Deus e adestrá-los a um novo tipo de vida social. A diferença nesses projetos permitiu entender o porquê da Companhia de Jesus ser uma instituição mais lucrativa na América do que na Europa.

Muitos historiadores afirmam que o processo de colonização realizado com apoio dos jesuítas foi uma aventura que contava com pouco apoio prático dentro da ordem. Nas primeiras experiências foi constatado que as convenções e os documentos que foram escritos num ambiente acadêmico renascentista perdeu força na realidade do interior brasileiro. A metodologia precisou ser ajustada, pois tiveram que improvisar técnicas para articular uma convivência pacífica e leal entre os colonos, os índios e os mestiços.

Charlotte de Castelnau- L'Estoile¹⁵ afirma que no regimento de Tomé de Souza, o primeiro governador geral da colônia (1549-1553), ficou estabelecido que os jesuítas seriam os responsáveis pelo processo de conversão e proteção das comunidades indígenas pela coroa. A autora esclarece que na formulação de cada lei aprovada teria como tema principal a intervenção política na questão indígena. Os monarcas direcionavam suas opiniões através desse princípio. A ordem obteve o privilégio das políticas do império até 1581, em que os jesuítas aparecem “naturalmente” com a responsabilidade de efetivar as ações referentes aos indígenas.

O caso descrito pela autora revelou o processo de formulação de leis instituídas no governo de Mem de Sá (1557-1572), no entanto, na década de 1580, as dificuldades que resultaram em conflitos entre os jesuítas e o governador geral da colônia, na época Manuel Teles Barreto (1583-1589), permitiu compreender como foi frágil esse privilégio dos padres. Podemos inferir que a proposta de proteção do indígena esteve mais circunscrita a vontade do governador geral da colônia do que a legislação que supostamente privilegiava os jesuítas nos cuidados aos indígenas. Quando fazemos um exame dessas leis encontramos algumas lacunas referentes a pontos específicos como a administração temporal das aldeias demonstrada por Castelnau- L'Estoile: “O ‘estatuto das aldeias’, de Mem de Sá (1558), prevê a presença dos padres encarregados de dizer a missa, de ensinar a doutrina e o ensino elementar, mas não lhes confia papel administrativo preciso”¹⁶.

¹⁵ CASTELNAU- L'ESTOILE, Charlotte de. *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil-1580-1620*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2006.

¹⁶ CASTELNAU- L'ESTOILE, 2006, p. 274.

A autora abordou o processo de implantação do processo judiciário nas vilas, uma referência descrita por Schwartz que objetivava ampliar a autonomia local desses núcleos de poder. Exemplo disso é a instalação do tronco e do pelourinho, um privilégio exclusivo das vilas portuguesas que possuíam o direito de nomear um meirinho em cada aldeia, ou seja, um burocrata entre os índios legitimado por um poder jurídico inferior que possuía a função de administrar as penas mais leves. Os mecanismos de funcionamento desse novo sistema de leis promulgadas para os indígenas permite entender o dinamismo da sociedade colonial a partir de seu ordenamento jurídico.

Em relação ao desenvolvimento econômico, Celso Furtado¹⁷ afirma que a colônia, daí em diante, conduziu a economia para a cultura de produção do açúcar e a demanda por mão de obra tornava a função dos jesuítas muito importante. O cultivo da planta e o processo de transformação em açúcar demandava uma numerosa quantidade de trabalhadores que às vezes não foi suprida plenamente pelos negros, necessitando serem complementadas por indígenas, mesmo com toda a legislação proibindo esse processo. Esse ponto sem dúvida ocasionou o aumento do conflito entre os jesuítas e os colonos por conta das dificuldades criadas no sistema de produção açucareiro que, em determinados contextos, levava a escassez de mão de obra, fomentando assim expedições de captura de indígenas no interior.

Castelnau- L'Estoile afirma que os colonos estavam preocupados em garantir o suprimento de numerosa mão de obra barata que proporcionasse ampliar os lucros. O comércio de escravos oriundo do continente africano foi intensificado nesse contexto e as plantações de Pernambuco foram abastecidas pelos “negros da Guiné” que em termos demográficos constituíam mais da metade do efetivo dos trabalhadores. No entanto, a escravaria ou os índios assimilados foram excessivamente numerosos em diversas regiões e também possuíam a vantagem de serem menos custosos que os africanos. “Ora, essa necessidade crescente de mão de obra indígena é concomitante a uma rarefação das populações indígenas nos lugares de concentração portuguesa por causa da mortalidade muito forte e da fuga de sobreviventes para o interior das terras”¹⁸.

A autora destaca que os portugueses necessitavam abastecer permanentemente as reservas de trabalhadores indígenas e para isso precisavam da garantia de que poderiam usá-la como bem entendessem. Haviam elementos de ordem política e religiosa sobre a questão indígena que estava sancionada pela coroa, no entanto, essa mesma instituição precisou resolver o problema conflitante entre jesuítas e colonos, pois o açúcar gerava parte importante da arrecadação dos impostos.

¹⁷ FURTADO, Celso. *Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Editora Hucitec / Abphe, [1948] 2001.

¹⁸ CASTELNAU- L'ESTOILE, 2006, p. 275.

Não restam dúvidas que os jesuítas souberam acompanhar a dinâmica da colônia, pois revisaram posições que permitiu a atuação progressiva na cultura do açúcar com o objetivo de se manter economicamente. Havia o interesse também de promoção do financiamento das missões, garantindo assim certa autonomia em relação ao poder local que nem sempre estavam dispostos a ajudá-los. “Esse movimento de autofinanciamento, iniciado desde a época de Nóbrega, levava inicialmente os padres da província a explorar propriedades fundiárias adquiridas por doações sucessivas, a ter gado e também escravos para garantir os trabalhos agrícolas”¹⁹.

A autora também afirma que a partir de 1590, o Superior Geral da Companhia de Jesus, que na época foi exercido pelo padre Cláudio Aquaviva, concedeu permissão para que os integrantes da ordem pudessem atuar na produção e comércio de açúcar no Brasil. A partir de 1600 os jesuítas estavam plenamente integrados a uma dinâmica social e econômica que deixa em crise a instituição, pois muitos colonos cederam engenhos, lavouras e escravos como herança e os padres estavam divididos entre aceitar ou recusar. A autora não desenvolve sua pesquisa objetivando entender essa pauta, mas, constitui um indicativo do sucesso dos jesuítas como excelentes gestores dos Engenhos:

Certamente os jesuítas conservam seu papel tradicional de “protetores” dos índios, isto é, instrumentos da política real de conversão e de proteção. E nesse sentido, eles se acham a oposição aos colonos, que veem nos índios apenas uma força de trabalho a explorar. A oposição entre colonos e jesuítas consiste assim, num confronto entre dois projetos antagônicos. Contudo, os jesuítas, de fato, estão se tornando donos de plantações; o que significa que eles dividem com os senhores de engenhos certo número de interesses comum. Nem por isso essa aproximação por interesses significa o fim dos conflitos. Ao contrário, há até uma exarcebação dos conflitos entre projetos não mais diretamente rivais, mas concorrentes. De fato, os colonos se queixam da concorrência desleal que lhe faz a ordem, que goza de privilégios fiscais exorbitantes, e pode assim comercializar sua produção de modo mais vantajoso²⁰.

A autora abordou os conflitos existentes entre jesuítas e colonos em que os primeiros acusam os segundos de promoverem um sistemático genocídio nas comunidades indígenas. Nesse processo, os padres argumentam que caso não acabe a violência, o projeto de colonização pretendido pela Coroa estaria em risco, visto que o indígena poderia garantir a proteção do território contra invasões estrangeiras. “De fato, a sobrevivência dos estabelecimentos portugueses depende dos índios como força de segurança contra os inimigos que são simultaneamente os estrangeiros, os índios rebeldes e os negros revoltados”²¹. Esse processo contribuiu para que em vários momentos ocorresse a redução do extermínio, mas a expansão do projeto de colonização para o oeste foi

¹⁹ CASTELNAU- L'ESTOILE, 2006, p. 275.

²⁰ CASTELNAU- L'ESTOILE, 2006, p. 276.

²¹ CASTELNAU- L'ESTOILE, 2006, p. 277.

inevitável, em especial para a região amazônica e mais uma vez o auxílio para a consolidação dessa colônia coube aos jesuítas.

A historiografia da Companhia de Jesus na Amazônia Colonial

Os principais autores que pesquisam o processo de atuação da Companhia de Jesus na região amazônica são categóricos ao afirmar que o maior desafio na ocupação foi de ordem econômica. As condições de manutenção de uma estrutura que viabilizasse o acúmulo de capital foram difíceis em decorrência dos fatores geográficos e do desempenho da economia no Antigo Regime. Raimundo Moreira das Neves Neto²² destaca a importância dos jesuítas nesse projeto de estruturação colonial, uma vez que havia impossibilidade de inserir a Amazônia na monocultura de exportação. Para a coroa portuguesa a participação da Companhia de Jesus foi importante para reconhecer e legitimar a ocupação da área em litígio através do princípio do Direito Internacional denominado *uti possidetis*.

Gustavo Ferreira Glielmo²³ reconstrói os fatores da ocupação tardia da Amazônia no contexto de recuperação da autoridade portuguesa após anos de dominação espanhola. O autor afirma que a Amazônia colonial possuía função predominantemente militar e estratégica no processo de ocupação da América portuguesa, pois as terras, impróprias para a produção do açúcar, e a dificuldade de acesso dos navios na região norte brasileira, desestimulava empreendimentos de ocupação. Glielmo faz uma descrição da característica do solo que circunscribe o litoral do nordeste e norte brasileiro, apontando as dificuldades de implantar a mesma dinâmica produtiva que ocorria em Pernambuco e Bahia com a produção açucareira.

O autor reforça a tese de Caio Prado Júnior²⁴ que parte da mesma teoria para o processo de ocupação tardia da Amazônia no período colonial. A explicação resulta nas condições da terra, nomeado de massapé, em que os elementos objetivos da monocultura associada a facilidade de acesso dos navios, contribuíram para que a região açucareira se estendesse do sul do litoral baiano até o maranhense. A partir dessa região, inicia-se outro terreno que vai contornando toda a região amazônica e foi classificada por Prado Júnior como imprópria para a cultura do açúcar.

²² NEVES NETO, Raimundo Moreira das. *Um Patrimônio em Contendas: os Bens Jesuíticos e a Magna Questão dos Dízimos no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1650-1750)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

²³ GLIELMO, Gustavo Ferreira. *O projeto português para a Amazônia e a Companhia de Jesus, 1751-1759: reflexos do confronto entre absolutismo ilustrado e poder religioso na América equinocial*. 230 f. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília- UNB, Brasília, 2010.

²⁴ PRADO JR., C. *Formação do Brasil Contemporâneo – colônia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 23ª edição, [1942] 1995.

Outro teórico do desenvolvimento econômico do Brasil, Celso Furtado²⁵, destaca que a dificuldade de desenvolvimento do Maranhão no século XVI deve-se também a fatores políticos como a ocupação holandesa em Pernambuco que inviabilizou uma conexão comercial do norte com o nordeste brasileiro. Diante desse processo, parte importante da população do norte recorreu ao extrativismo vegetal e animal com uso de mão de obra escrava indígena, pois como aponta Glielmo, não havia um fluxo econômico que propiciasse o comércio de escravos africanos para a região norte.

No que concerne ao fluxo monetário, o autor aponta que houve pouca capacidade de liquidez, pois a maioria das trocas comerciais foi realizada através do escambo, principalmente com rolos de panos. Ocorreram várias tentativas para a implantação do sistema de moedas na região, mas até o século XVIII os resultados foram infrutíferos tornando o acúmulo de capital inviável. Os fatores que contribuíam para isso foram a baixa densidade demográfica dos brancos – os estudos de caso apontam que a maioria das localidades pesquisadas não chegavam a 800 integrantes – que viviam em um universo regulamentado pela cultura indígena que desprezavam a moeda como meio de troca comercial.

Gustavo Ferreira Glielmo afirma que a restauração monárquica portuguesa, após décadas de dominação espanhola, foi acompanhada de uma modernização de sua administração que investiu de poder os jesuítas. Em 1681 foi fundada a Junta das Missões, com o objetivo de qualificar o processo da ocupação portuguesa nas suas colônias. Essa instituição dependia intensamente da Companhia de Jesus, pois não havia burocracia disponível em Portugal para efetuar seu projeto de colonização fora da Europa. O padroado cumpriu assim uma função estratégica na política colonial lusitana, pois reforçou a teoria do *uti possidetis*. A composição diretiva da junta foi formada pelo governador, bispo, ouvidor-geral, provedor da fazenda e o prelado das distintas ordens, em especial os jesuítas.

Glielmo reconstrói a narrativa que descreveu o processo de ocupação da região norte a partir da análise dos Anais Históricos do Estado do Maranhão, de autoria de Bernardo Pereira de Barredo, que foi o governador dessa região entre 1718-1721. No início do século XVII os franceses fundaram a cidade de São Luís, especificamente em 1612. Três anos depois, uma frota portuguesa liderada por Alexandre de Gusmão entrou em conflito com os fundadores para restabelecer o controle do Maranhão que disputava com corsários ingleses e irlandeses. Em 1616 a cidade de Belém foi fundada, garantindo a extensão de um projeto de ocupação sistemática no Norte em que a doutrina militar foi componente importante. Para o autor, o principal líder da conquista do

²⁵ FURTADO, Celso. *Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Editora Hucitec / Abphe, [1948] 2001.

Maranhão foi o Capitão Jerônimo de Albuquerque, que acompanhou padres franciscanos que se estabeleceram na região desde 1617.

O trabalho de Breno Machado dos Santos²⁶ analisou a investida jesuítica na Amazônia no ano de 1607, quando os padres Francisco Pinto e Luís Figueira tentaram sem sucesso estabelecer um aldeamento na região. A experiência heroica de inserção na região amazônica dos dois padres Figueira ficaram registrados na memória da Companhia de Jesus. O primeiro acabou executado pelos indígenas e Luís escapou para Pernambuco. Na narrativa histórica pesquisada por Santos, Luís Figueira foi considerado pela instituição o propositor para a instalação da Companhia de Jesus na Amazônia portuguesa, isso na primeira metade do século XVII.

De acordo com a memória retratada pelo autor, o jesuíta escapou do “fatídico assalto indígena”, retornando a Pernambuco aonde permaneceu até 1622, data que foi eleito, ao lado do padre italiano Benedito Amodei, líder da Ordem na região. Com a conquista portuguesa frente aos franceses, o jesuíta resolveu retornar ao Maranhão. A Companhia de Jesus no norte da Colônia ficou aos cuidados do Padre Luís Figueira por durante quatorze anos. O padre procurou estabelecer uma estratégia de consolidar a posição lusitana no território com objetivos evangelizadores que vinculavam o governo temporal e espiritual sobre os indígenas.

Breno Machado dos Santos afirma que em 1636 o missionário foi até Lisboa num encontro com a Coroa para reivindicar amplos poderes, além disso, solicitou suprimentos em benefício da Ordem. Luís Figueira conseguiu obter a autoridade para a fundação jurídica da Missão, assim conseguiu organizar uma expedição missionária que contava então com um efetivo extremamente reduzido. Com todos esses sucessos, em 1643, Luís Figueira pôde, enfim, retornar à Amazônia portuguesa. No entanto, por ironia do destino, sua embarcação foi naufragada.

A narrativa dessa trajetória foi o menor dos problemas, pois consolidado a posse portuguesa no norte brasileiro, iniciou-se a rivalidade entre os colonos portugueses e os jesuítas por conta de projetos distintos sobre a questão indígena. O padre Antônio Vieira chegou em São Luís, o que causou revolta entre os moradores, pois viam os integrantes da Companhia de Jesus como hostis ao processo de escravização da população indígena. Depois de firmado uma série de acordos, Viera pode atuar na região com apoio dos governadores, que criaram condições favoráveis para que as missões alcançassem amplo crescimento. A gestão jesuítica conseguiu superar em termos quantitativos outras ordens como os franciscanos, que segundo o autor, foram os primeiros a se estabelecer na região amazônica além dos carmelitas e mercedários.

²⁶ SANTOS, Breno M. dos. *Os jesuítas no Maranhão e Grão-Pará Seiscentista: uma análise sobre os escritos dos protagonistas da Missão*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2015.

No entanto, “as relações entre colonos e religiosos, geralmente tensas, cresciam ou diminuía[m] dependendo da situação e maior ou menor empobrecimento da população. O perigo de alvoroço era uma constante”²⁷. No contexto do governo Pedro de Melo, entre 1658 e 1662, obtiveram sucessivos governadores que apoiaram a ação dos jesuítas, até o início do século XVIII, quando a conjuntura política mudou para um novo quadro de maior hostilidade contra os integrantes da Companhia de Jesus.

A estrutura econômica da Companhia de Jesus na região amazônica foi analisada no trabalho de Neves Neto que reconstruiu a dinâmica dos empreendimentos a partir do século XVII. O autor divide sua pesquisa em duas partes: a primeira, que engloba o recorte temporal da segunda metade do século XVII em que se estrutura o patrimônio dos jesuítas na região do Maranhão e Grão-Pará; a segunda, que aborda o enriquecimento da Companhia de Jesus na primeira metade do século XVIII e o desgaste ocasionado com o governo em relação aos dízimos que a instituição deveria repassar a autoridade local.

O autor analisa especificamente o patrimônio acumulado ao longo de quase 100 anos de atuação dos jesuítas na região e não aborda o contexto de supressão da instituição, pois são discutidas em outras pesquisas acadêmicas. A contribuição que a pesquisa de Neves Neto nos traz foi avaliar como a Companhia de Jesus resolveu um importante gargalo na estratégia de ocupação de uma região excluída da dinâmica econômica do Antigo Regime. Nesse processo, devemos avaliar os conflitos ocorridos entre colonos portugueses, que desejavam escravizar os indígenas; e os jesuítas, que tinham o objetivo de catequizá-los ao estabelecer o controle sobre sua capacidade produtiva. Esse processo, como demonstra o autor, foi feito através da administração direta das fazendas controladas pela Companhia de Jesus:

No estado do Maranhão e Grão-Pará, o século XVII é assinalado por uma ampla e complexa política jesuítica de aquisição e administração de propriedades. Ampla, pois tal patrimônio não veio a ser amealhado apenas por via das benesses de eventuais devotos, mas também por meio de compras diretas, arrematações, trocas e é claro, pedidos de sesmarias. Complexa, pois a gestão econômica dos padres tencionava o máximo de expansão das fronteiras de cada fazenda conquistada e, por conseguinte, gerava graves pleitos com os vizinhos. É que exemplo do que ocorreu também na América espanhola, cada fazenda jesuítica no Maranhão e Grão-Pará constituía um verdadeiro aglomerado de fazendas, ficando a principal como a sede administrativa daquela propriedade maior²⁸.

Para Neves Neto a doutrina jesuítica foi revisada em diversos aspectos para que pudesse progredir em regiões com baixa capacidade comercial. Nesse sentido, isolada da conexão mercantil da época, a região amazônica estruturou seu próprio mecanismo de acúmulo de riqueza através da

²⁷ GLIELMO, 2010, p. 86.

²⁸ NEVES NETO, 2013, p. 20-21.

exploração das drogas do sertão e de culturas específicas da região. “A estrutura administrativa da Companhia de Jesus, com seus reitores e procuradores, não fora pensada de modo a dela se valerem apenas os discípulos de Santo Inácio”²⁹. Muitas vezes a ordem se envolvia em questões para além de sua jurisdição e, nesse caso, a mão de obra indígena foi vital para incentivar os empreendimentos econômicos. O controle dos nativos contribuiu para reforçar a ocupação da região considerada estratégica nesse contexto para a Coroa portuguesa.

Neves Neto (2013) menciona o crescimento da fazenda de Anindiba, em São Luís, que foi efetuada com a sonegação de dízimos pelos jesuítas ao governo: “a Companhia quase sempre se negava a pagar tais tributos, o que em tese deveria impedir a confirmação de suas fazendas”³⁰. Para escapar do pagamento do tributo, os jesuítas solicitavam novas sesmarias para a agricultura o que acarretaria na ampliação do prazo de pagamento para três anos. Esse processo foi mantido através de conivência com o poder público local que ambicionava a ocupação das terras para que agregassem valor. Essa prática obteve êxito ao longo dos primeiros 50 anos desde a fundação da Companhia na região norte, porém com a crise fiscal do século XVIII, o Estado português passou a executar essa cobrança.

Neves Neto abordou também a disputa econômica com outras ordens religiosas que se estabeleceram no Maranhão a partir do século XVII. A estratégia de atuação dos jesuítas não se limitava apenas na prática de sonegação dos impostos, mas de monopolizar setores lucrativos da economia local. O exemplo analisado pelo autor foi o caso das terras de São Marcos, localizada na ilha de São Francisco, próximo a São Luís, em que jesuítas travaram uma disputa judicial contra a ordem dos mercedários que estavam naquela ilha a mais tempo desenvolvendo a pecuária. O autor afirma que o padre jesuíta Antônio Vieira comprou as terras da senhora Maria Sardinha, que autorizou os mercedários a criar gado em suas terras. Quando souberam da negociação estabelecida com os jesuítas tentaram anular o processo justificando que chegaram primeiro na ilha.

Os jesuítas mobilizaram suas redes de relações e conseguiram que o judiciário fosse favorável a compra das terras de Maria Sardinha, pois tinham interesse de construir uma olaria na ilha para comercializar em São Luís enquanto que os mercedários tinham objetivos mais espirituais e se limitavam na prática da pecuária. A proposta de dinamizar economicamente a pequena ilha pode ter contribuído para que a justiça local fosse favorável aos jesuítas. O caso citado por Neves Neto foi retratado também por Serafim Leite, que reforçou a importância da olaria para o desenvolvimento urbano de São Luís, sendo um empreendimento estratégico para consolidação da colônia.

²⁹ NEVES NETO, 2013, p. 23.

³⁰ NEVES NETO, 2013, p. 28.

Diversas propriedades foram retratadas na análise de Neves Neto como o engenho do Rio Itapecuru que foi alvo de disputa com os holandeses em 1640 quando atacaram São Luís no mesmo contexto de ocupação do Nordeste. Esse patrimônio revelou o nível de riqueza alcançada pela Companhia nessa região, que foi conseguida através da exploração dos indígenas, provocando um incômodo entre os integrantes.

Para Neves Neto havia duas correntes entre os jesuítas que debatiam o tema do aumento do patrimônio da instituição: a corrente liderada por Manuel da Nobrega que defendia a tese de que a Companhia de Jesus necessitava aumentar seus bens para a “consecução da seara divina”; a outra foi liderada pelo padre Luís da Grã, que defendeu o voto de pobreza da instituição que se inclinava ao afastamento dos objetivos religiosos. A corrente de Nobrega saiu vitoriosa, pois haviam interesses para além das questões religiosas. O império português, que tentou inutilmente fomentar a vinda de colonos, via na atuação dos jesuítas a possibilidade de consolidar a ocupação da região, um problema que era enfrentado por diversas coroas que eram desprovidas de capacidade burocrática para fazer frente as demandas coloniais.

Em relação ao desenvolvimento da Companhia de Jesus em Belém, o autor aborda os casos da fazenda de Jaguarari, o Engenho de Ibirajuba, a Ilha Aravaí, a Fazenda de Gibiríe e as fazendas do Marajó. Em todos os casos analisados, encontramos um padrão de desenvolvimento econômico empresarial altamente racional e o uso sistemático da barganha política dos jesuítas com o objetivo de firmar seu empreendimento na Amazônia. A estrutura econômica alcançada pelos jesuítas garantiu que a Companhia de Jesus em Belém sustentasse sua congênere em São Luís quando essa passou por dificuldades econômicas.

A trajetória da ordem na região amazônica está associada ao Colégio Santo Alexandre, construída para ser o local de formação dos jesuítas que iniciariam suas investidas pelo Rio Amazonas. Neves Neto destaca que foi muito comum os jesuítas utilizarem as dependências do estabelecimento como depósito para produtos que seriam comercializados. O autor aponta as razões que fizeram a Companhia de Jesus em Belém ultrapassar em riqueza e patrimônio sua filial em São Luís num espaço de tempo relativamente curto.

Em primeiro lugar, merece destaque a posição geográfica de Belém, localizada na foz do Rio Amazonas e ligada a um próspero comércio de drogas do sertão que passava obrigatoriamente pela cidade antes de partir para Lisboa. Esse fluxo contribuiu para que o dinamismo econômico da cidade fosse maior do que São Luís, que estava localizada em uma região de fronteira e, portanto, não conseguia capitalizar nenhum dos dois sistemas econômicos, o açucareiro (do Nordeste) e o extrativista (amazônico). Em segundo lugar, o autor destaca a dificuldade do acesso as embarcações

em São Luís, fator que encarecia o comércio de exportação que dependia das caravelas para a venda de seus produtos.

O progresso de Belém inevitavelmente ocasionou o enriquecimento dos jesuítas que souberam utilizar todo seu potencial empreendedor, que muitas vezes ficou limitado no Nordeste, por conta das disputas com os colonos portugueses. O caso citado por Neves Neto foi a Fazenda de Jaguarari, conseguida pelos jesuítas por meio de doação. A propriedade foi um dos maiores empreendimentos econômicos administrados pela ordem na região. Sua gestão maximizava os lucros com a redução dos gastos, pois agregavam valor nas mercadorias permitindo que comerciantes pagassem em prestações seus produtos, uma operação que gerava juro e que muitas vezes se estendia por muitos anos. A fazenda chegou a possuir 84 escravos no ano de expulsão da Companhia pelo Marques de Pombal, além disso, contava com sobrados, casas para empregados, enorme quantidade de gado, ovino, suíno e plantação com diversas drogas do sertão, em especial o cacau. O Colégio Santo Alexandre gerenciava todo o patrimônio que abastecia o mercado de Belém, além de exportar as drogas para Lisboa por meio de suas empresas de comércio.

Outro patrimônio analisado por Neves Neto é o Engenho de Ibirajuba, uma das mais afortunadas de todo o Pará na época colonial. Esse empreendimento foi simbólico do ponto de vista econômico, pois os jesuítas conseguiram adquirir inúmeras fazendas limeiras por meio de compra ou doação obtidas através de herança. Essa talvez seja a grande vantagem dos jesuítas, pois tendiam a acumular seus bens sem a necessidade de repartir com herdeiros e muitas viúvas católicas, sem filhos, estavam inclinadas a repassarem a ordem seus bens após o falecimento. Quais as razões desse processo? As causas elencadas pelo autor demonstram acima de tudo a dificuldade de se estabelecer uma cadeia econômica lucrativa no norte do Brasil que fosse segura como o açúcar no nordeste e o ouro de Minas Gerais.

Fernanda Aires Bombardi³¹ analisa o processo de ingresso da Companhia de Jesus na região denominada Cabo Norte, atual estado do Amapá e que faz fronteira com a Guiana Francesa. A autora destaca as dificuldades de se empreender nessa região o mesmo dinamismo econômico de Belém, pois a rede comercial que unia o rio Amazonas possuía trajetória definida para aquela cidade. Além disso, não havia segurança quanto a capacidade dos portugueses de manter a região tendo em vista as investidas de corsários ingleses, franceses e holandeses que estabeleceram ao longo das Guianas posições consolidadas.

³¹ BOMBARDI, Fernanda Aires. *Pelos intertícios do olhar do colonizador: descimentos de índios no Estado do Maranhão e Grão Pará- 1680-1750*. 187 f. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo- USP, São Paulo, 2014.

Para Artur Cezar Ferreira Reis³² a fronteira norte foi cenário de disputa entre portugueses, holandeses e ingleses que competiam pela expansão territorial para instituir seus objetivos comerciais. Durante o contexto da União Ibérica (1580-1640), a coroa portuguesa garantiu o predomínio no vale do delta do Amazonas através do comando do monarca espanhol, espanhol Felipe IV. Em 1621 foi criado o Estado do Maranhão e Grão-Pará com sede em São Luís no intuito de efetivar a colonização da região para conter o avanço estrangeiro. Reis descreve que a exploração econômica foi realizada:

[...] pela coleta da especiaria regional, chamada ‘drogas do sertão’, a ocupação de pontos estratégicos, organização de núcleos de povoamento com a própria gentilidade, o estabelecimento da ordem política, com o equipamento administrativo representado pelas autoridades civis e militares, o amansamento e incorporação, à cristandade, e à soberania lusa, das multidões gentias, pela ação direta e oficial dos missionários a serviço do Estado, a experiência agrária, a distribuição das sesmarias aos colonos que foram chegando [...] dão fundamento as empresas coloniais e ao estabelecimento dos domínios [...]³³.

O autor discute que a soberania da capitania do Cabo do Norte foi conquistada com a concessão estratégica desta área por meio do ato régio no dia 14 de junho de 1637 a Bento Maciel Parente para assegurar o território a Portugal contra as investidas estrangeiras. Para Carlo Romani o território do Cabo Norte foi constante objeto de interesse econômico, pois “tratava-se de uma área originalmente nomeada por navegadores espanhóis, alvo dos negócios de franceses, ingleses e holandeses sob pretensa jurisdição portuguesa e que foi contestada pelos franceses, porém povoada por diferentes grupos indígenas em sua maioria aliados destes últimos”³⁴. O português foi donatário dos territórios dos atuais Maranhão e sul do Pará, recebeu a porção norte do rio Amazonas denominada capitania do Cabo Norte pelos serviços prestados a coroa na conquista do vale amazônico e de diversas extensões do Brasil.

Valdir Freitas Resende³⁵ aborda cronologicamente o processo de consolidação da dominação francesa na região da Guiana, que foi iniciado em 1635, com a fundação da vila de Caiena para formar um mercado colonial que permitisse consolidar o domínio francês. Essa região foi economicamente estratégica nesse contexto, pois foi utilizada como entreposto comercial. Em 1653 os franceses abandonaram a região que foi ocupada no mesmo ano pelos holandeses juntamente com outros batavos que foram expulsos de Pernambuco. Uma década depois, em 1664,

³² REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Limites e demarcações na Amazônia Brasileira*, 2 vols. (Belém: Secretaria do Estado da Cultura, 1993). Volume 1: A fronteira colonial com a Guiana Francesa; Volume 2: A fronteira com as colônias espanholas.

³³ REIS, 1993, p.49.

³⁴ ROMANI, Carlo. *Aqui começa o Brasil!* Histórias das gentes e dos poderes na fronteira do Oiapoque. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013. p. 35.

³⁵ RESENDE, Tadeu Valdir Freitas de. *A conquista e ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras*. 353 f. Tese do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo.-USP, São Paulo, 2006.

os franceses tentaram sem sucesso retomar a região, dois anos depois, os ingleses conseguiram expulsar os holandeses e entregaram Caiena para os franceses por meio de um acordo de paz firmado entre as duas coroas. Porém a posse ainda não estava consolidada, pois em 1674 ocorreu uma nova investida dos holandeses que conquistaram a colônia francesa sendo expulsos novamente em 1677 com apoio de uma esquadra francesa³⁶.

A consolidação do domínio sobre a Guiana permitiu consolidar o domínio próximo ao rio Amazonas e ocorreu no contexto do governo Ultramarino do Marquês de Ferrol, que foi enviado pelo rei Luís XIV e contribuiu para o desenvolvimento do mercado e expedições que representavam os interesses franceses nesse território que ainda não havia sido colonizado pelos europeus.

Artur Cezar Ferreira Reis analisa a resposta portuguesa ao processo de ocupação da França nessa região. Lisboa expediu uma carta régia em 1º de abril de 1680, autorizando que o clero pertencente a Companhia de Jesus atuasse do outro lado do rio Amazonas, na região do Cabo Norte. Os padres Pier Luigi Consalvi e Aloísio Conrado Pfeil iniciaram o processo de catequização de comunidades indígenas localizadas próximo ao rio Araguari com a supervisão do padre Antônio Vieira que lhes incumbiu de “[...] amansar e converter o gentio e manter a região dentro da soberania nacional portuguesa” [...]³⁷. Nesse sentido, Vieira redigiu uma carta com o objetivo de esclarecer os propósitos dessa investida jesuítica ao Superior da Ordem no Maranhão:

Quanto a outras missões, em que havemos de residir, com os índios em suas terras, a primeira que se deve fazer como Sua Alteza deseja, pelo que importa á conservação do Estado, é a do Cabo do Norte, passando a outra banda do Rio das Amazonas, que segundo as minhas antigas notícias deve ser a nação dos Tucujus. Espera-se que de lá venha muito particular informação de tôdas aquelas terras, rios e portos, de que se não tem bastante conhecimento, e da distância e lugares em que está a nova conquista dos holandeses, e dos navios que ali mandam e do comércio que têm com os índios, e de que nações êstes sejam, e se a dita conquista fica além ou aquém dos padrões, que ali se puseram, no tempo da divisão das terras entre Castela e Portugal; e se pudessem ver os mesmos padrões, e a forma e inscrição dêles, tudo será tão bem recebido como desejado, e de tudo se espera informação dos nossos missionários, a mais exacta que puder ser; pelo que importa que vá a êstes descobrimento a pessoa de maior inteligência e indústria, da qual parece que seria bom companheiro o Padre Conrado, pela arte que tem de debuxar, mandando-se cá um mapa daquele tracto de terras, mas e rios, e da navegação e fundo de que são capazes, com o rumo dos ventos, etc. Para esta emprêsa e as demais irá, com aviso de Vossa Reverência tudo o que fôr necessário, e de presente, além dos provimentos que de lá se pediram, mandamos neste navio dez quintais de ferro, um quintal de aço, cinquenta dúzias de facas, quatro maços de velórios.

³⁶ RESENDE, 2006, p. 135.

³⁷ REIS, 1993, 72.

A carta permite avaliar a determinação dos jesuítas em apoiar o rei português na posse dessa região de fronteira com os franceses. Para Fernanda Aires Bombardi³⁸ a estratégia portuguesa para o Cabo Norte estava direcionada em três flancos: em primeiro lugar, a constituição de missões jesuíticas para catequização de nações indígenas; em segundo lugar, a ampliação do sistema de fortificação para assegurar o domínio do território; e por último, contar com um contingente mínimo para uma resposta militar imediata. “As duas primeiras consistiriam na construção de fortalezas e na formação de aldeias missionárias que correspondiam a um projeto político comum: incorporar os índios ao estado do Maranhão e ampliar os territórios coloniais portugueses [...]”³⁹, para que os indígenas contrários aos interesses lusitanos fossem reprimidos e os estrangeiros fossem expulsos.

A prática dos jesuítas não se limitava atender exclusivamente os interesses da Coroa, pois havia compatibilidade entre os projetos expansionistas lusitanos e a atividade organizada pela Companhia de Jesus além da ordem de Santo Antônio. O projeto lusitano ao longo dos séculos XVI e XVII esteve em sintonia com os interesses dos jesuítas, porém a partir da primeira metade do século XVIII as relações entre a ordem e a coroa modificou drasticamente provocando a ruptura numa aliança que durou por quase dois séculos.

Considerações finais

Esse trabalho realizou uma análise historiográfica da atuação da Companhia de Jesus no Brasil e mais especificamente na fronteira amazônica nos séculos XVII e XVIII com o objetivo de entender as fontes, metodologias e referenciais teóricos sobre esse tema. Nesse processo procuramos entender como os padres da ordem se relacionaram num contexto de implantação do projeto colonial lusitano no Brasil e na Amazônia. Avaliamos a posição da historiografia sobre as estratégias de colonização em áreas que não estavam integradas ao Antigo Sistema Colonial e que muitas vezes não despertava interesse imediato dos colonos.

Exemplo disso foi a região do Cabo Norte (fronteira do atual estado Amapá com a Guiana Francesa) que foi concedida em 1634, mas não foi explorada pelo beneficiário, pois havia dificuldades específicas para o empreendimento como as guerras com outros países e a posição geográfica. Esse caso reforça a tese de vários economistas que analisam o desempenho econômico no contexto colonial da Amazônia em que os jesuítas, apoiados em causas missionárias e pré-

³⁸ BOMBARDI, Fernanda Aires. *Pelos intertícios do olhar do colonizador: descimentos de índios no Estado do Maranhão e Grão Pará- 1680-1750*. 187 f. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo- USP, São Paulo, 2014.

³⁹ BOMBARDI, 2014, p.67.

dispostos a estabelecer uma cooperação com os indígenas e não escravizá-los (na maioria dos casos), teriam chances de desenvolver a região até meados do século XVIII.

Foi a partir desse contexto que a situação mudou, pois, consolidado o dinamismo econômico empreendido pela ordem, o estado português passou a aderir a tese de executar impostos que até então foram suavizados pelo interesse na efetiva ocupação. Ao expulsar os jesuítas do reino, Pombal se apropriou do patrimônio construído pela Companhia de Jesus rompendo com uma aliança que durou por quase dois séculos. Um exame das cartas edificantes produzidas por jesuítas franceses na fronteira setentrional amazônica na primeira metade do século XVIII permite analisar um caso específico da trajetória da ordem nessa região.

Referências

BINGEMER, Maria Clara Luchetti. Globalização: o que tem isso a ver com os jesuítas? In: _____, NEUTZLING, Inácio; DOWELL, João A. Mac. (orgs.). *A globalização e os jesuítas: origens, história e impactos*. São Paulo: Edições Loyola, [p. 9-11], 2007.

BOMBARDI, Fernanda Aires. *Pelos intertícios do olhar do colonizador: descimentos de índios no Estado do Maranhão e Grão Pará- 1680-1750*. 187 f. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo- USP, São Paulo, 2014.

CASTELNAU- L'ESTOILE, Charlotte de. *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil-1580-1620*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2006.

CHAMBOULEYRON, Rafael. El manto del orden: el plan evangelizador del P. Manuel da Nóbrega. In: NEGRO, Sandra; MARZAL, Manuel M. (cords.). *Un Reino em la Frontera: las misiones jesuitas en la América Colonial*. Quito; Lima: Ediciones ABYA-YALA/Pontificia Universidad Católica del Perú, [17-24], 2000.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Edição 51^aed.São Paulo: Global, 2006.

FURTADO, C. *Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Editora Hucitec / Abphe, [1948] 2001.

GLIELMO, Gustavo Ferreira. *O projeto português para a Amazônia e a Companhia de Jesus, 1751-1759: reflexos do confronto entre absolutismo ilustrado e poder religioso na América equinocial*. 230 f. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília- UNB, Brasília, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26^a Ed. São Paulo. Companhia das Letras, 1995.

LEITE, Serafim. *Breve História da Companhia de Jesus no Brasil: 1549-1760*. Braga: Apostolado da Imprensa, 1993.

LOYOLA, Inácio. *Cartas*. Tradução: António José Coelho, S.J. Braga: Editorial A. O., 2006.

LOYOLA, Inácio. *Autobiografia de Santo Inácio de Loyola*. 3ª edição. Tradução: Pe. Armando Cardoso. São Paulo: Edições Loyola, 1987

LOYOLA, Inácio. *Constituições da Companhia de Jesus*. Tradução e notas: Joaquim Mendes Abranches. Lisboa: Imprimatur, 1975.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NEVES NETO, Raimundo Moreira das. *Um Patrimônio em Contendas: os Bens Jesuíticos e a Magna Questão dos Dízimos no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1650-1750)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

O'MALLEY, John W. *Os primeiros jesuítas*. Tradução: Domingos Armando Donida. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS; Bauru, SP: Ed. EDUSC, 2004.

PRADO JR., C. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 21ª edição, [1933] 2007.

PRADO JR., C. *Formação do Brasil Contemporâneo – colônia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 23ª edição, [1942] 1995.

REIS, Arthur César Ferreira. *Limites e demarcações na Amazônia Brasileira*, 2 vols. (Belém: Secretaria do Estado da Cultura, 1993). Volume 1: A fronteira colonial com a Guiana Francesa; Volume 2: A fronteira com as colônias espanholas.

RESENDE, Tadeu Valdir Freitas de. *A conquista e ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras*. 353 f. Tese do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2006.

ROMANI, Carlo. *Aqui começa o Brasil! Histórias das gentes e dos poderes na fronteira do Oiapoque*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

SABEH, Luiz Antônio. *Colonização salvífica: os jesuítas e a coroa portuguesa na construção do Brasil (1549-1580)* Dissertação do Programa de Pós-Graduação em História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

SANTOS, Breno M. dos. *Os jesuítas no Maranhão e Grão-Pará Seiscentista: uma análise sobre os escritos dos protagonistas da Missão*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2015.

SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o tribunal superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751*. São Paulo. Companhia da Letras, 2011.

SEBE, José Carlos. *A catequese segundo padre vieira*. Vol. 7 Num.1. 2013 Revista Magistro. Disponível em www.unigranrio.br

SEBE, José Carlos. *Os jesuítas*. São Paulo: Brasiliense, 1982.